



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0004997-60.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Omni Sa Credito Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Rogério Gomes Cardoso**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Omni Sa Credito Financiamento e Investimento, instituição financeira de crédito com qualificação nos autos, ajuizou **ação de busca e apreensão** em face de **Rogério Gomes Cardoso**, igualmente qualificado nos autos, aduzindo, em síntese, haver firmado com a parte ré contrato de financiamento para aquisição de bens, garantido por alienação fiduciária, no prazo de quarenta e sete parcelas de R\$ 470,55, vencendo a primeira em 23/01/2011 e a última em 23/11/2014. A parte ré deixou de pagar a partir da 11ª parcela. Objetivou, assim, a parte autora, a retomada do bem Volkswagen Gol 16V 1.0 Mi (Geração III), à gasolina, 4 portas, cor azul, ano 1998/1999, placas KDP 3887, chassi 9BWZZZ373WT110010.

Foi concedida liminar de busca e apreensão (fls. 28), e o bem apreendido foi entregue à autora (fls. 45).

A fls. 130 o feito foi extinto pela falta de andamento.

Ao recurso apresentado foi dado provimento e o processo retomou seu trâmite (fls. 154).

A fls. 163 foi deferida a citação por edital.

A parte ré foi citada e não ofereceu resposta (fls. 189)

Curador especial apresentou contestação por negativa geral a fls.190vº.

É o relatório.Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Vale dizer, ainda, que o proponente comprovou documentalmente, com a petição inicial, a existência do contrato e o inadimplemento.

Segundo Orlando Gomes:

"Pode o credor obter a satisfação do crédito com a sentença que determina a consolidação da propriedade e legítima a venda extrajudicialmente da coisa, permitindo ao credor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

tornar-se proprietário pleno do bem, incorporando-o ao seu patrimônio, tal como se o adjudicasse” (in Alienação Fiduciária em Garantia.Ed.RT, 1975).

A contestação por negativa geral apresentada pelo curador especial tornou controvertidos os fatos, entretanto, o contrato celebrado entre as partes e a mora comprovada pela notificação extrajudicial confirmam o inadimplemento contratual, sendo de rigor a procedência do pedido.

Em face do exposto, julgo procedente o pedido e, com fundamento no art. 3º e §§ do Decreto-lei n. 911/69, com nova redação dada pelo art. 56 da Lei nº 10.931/04, consolidado a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo Volkswagen Gol 16V 1.0 Mi (Geração III), à gasolina, 4 portas, cor azul, ano 1998/1999, placas KDP 3887, chassi 9BWZZZ373WT110010 em mãos da autora, que desde já fica expressamente autorizada a vendê-lo a terceiros.

Condeno a parte ré por sucumbente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre valor da causa, com atualização monetária a partir do ajuizamento e juros de mora a partir do trânsito em julgado.

P.I..

São Carlos, 05 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**